

ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



O Prefeito do MUNICÍPIO DE JORDÂNIA, MARQUES UEL MEIRA DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Público, para contratação de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE e AGENTE DE COMBATE ÀS **ENDEMIAS**, para contratação por prazo indeterminado, nos termos das **disposições** constitucionais referentes ao assunto, em consonância com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 01/2022 e Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006, e alterações vigentes, conforme dispõe este Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1. O Processo Seletivo Público será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pela empresa EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP, sediada à Av. do Contorno, nº 3731, 3º andar, Bairro São Lucas, CEP 30110-017, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 04.976.094/0001-90, no município de Belo Horizonte sob o nº 172.309/001-5 e no CRA/MG sob o nº 03-002754/O - Telefone: (31) 3225-7833 - Email: concursos@exameconsultores.com.br -Horário de expediente: 8h30 às 12h e 13h às 18h, exceto aos sábados, domingos e feriados.
- 2. A Contratação da empresa AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP foi realizada através de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2023 - MODALIDADE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004-2023 -CONTRATO Nº 12/2023.
- 3. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA está sediada provisoriamente à Rua São Francisco, nº 180 (primeiro pavilhão), Centro, CEP 39920-000, Jordânia, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 18.349.928/0001-41 - Telefone: (33) 99996-0249 - Horário de expediente: 7h às 13h.
- 4. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário oficial da cidade de Brasília-DF.
- 5. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Público é de 02 (dois) anos, contados da data da homologação do

- resultado final, prorrogável por uma única vez, por igual período, mediante ato motivado do Prefeito Municipal.
- 6. Será realizada avaliação de eficiência a cada 03 (três) meses.
- 7. Não será aceita simulação de contrato de aluguel para comprovação de residência nas microáreas
- 8. A fiscalização e o acompanhamento do Processo Seletivo Público caberão Comissão Especial, nomeada pelo Prefeito Municipal, através da Portaria nº 025, de 09/08/2023.
- 9. A publicidade deste Edital, bem como de suas retificações, e do ato de homologação do resultado final, dar-se-á, no mínimo e cumulativamente, por meio da afixação no quadro de avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, no endereço eletrônico – www.jordania.mg.gov.br, no endereço eletrônico da empresa organizadora - www.exameconsultores.com.br, no Diário Oficial Eletrônico - "Diário Oficial dos Municípios Mineiros www.diariomunicipal.com.br/amm-mg" e de grande circulação região/município - "Farol das Gerais". Os demais atos referentes a este Processo Seletivo Público serão publicados no quadro de avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA e no endereço eletrônico da empresa organizadora www.exameconsultores.com.br.
- 10. Integram o presente Edital os seguintes anexos:
 - a) ANEXO I Funções públicas, vencimento, nº de vagas, requisitos, jornada de trabalho semanal, valor da taxa de inscrição e provas;
 - b) ANEXO II Tabela de abrangência / Áreas de atuação do AGENTE COMUNITÁRIO DE SAUDE:
 - c) ANEXO III Atribuições das Funções Públicas;





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



- d) ANEXO IV Modelo de requerimento para isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- e) ANEXO V Modelo de procuração;
- ANEXO VI Modelo de formulário para recurso;
- g) ANEXO VII Programa de prova para as questões de múltipla escolha;
- h) ANEXO VIII Cronograma do Processo Seletivo Público.

II - DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E DO LOCAL DE TRABALHO

- 1. Regime Previdenciário: Regime Geral de Previdência Social - RGPS, gerido pela autarquia federal denominada de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
- Trabalho: de Dependências Administração Municipal, em todo território do município (zonas urbana e/ou rural).

III - DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA

- 1. O candidato aprovado no Processo Seletivo Público de que trata este Edital será contratado se atendidas as seguintes exigências:
 - a) Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado estatuto de igualdade brasileiros е portugueses, reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436, de 18/04/1972 e art. 12, § 1° c/c art. 37, inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
 - b) Estar em pleno exercício de seus direitos civis e políticos:
 - c) Estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;
- d) Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

- e) Estar com o CPF regularizado junto à Receita Federal;
- Possuir os requisitos exigidos para o exercício das atribuições da função pública:
- g) Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos, no ato da contratação;
- h) Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas "a", "b" e "c", inc. XVI, do art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, inclusive no que concerne compatibilidade de horários;
- i) Não ser aposentado por invalidez, não estar em idade de aposentadoria compulsória ou receber proventos de aposentadoria decorrentes dos artigos 40, 42 e 142, da Constituição da República Federativa do Brasil de (ressalvados os casos que permitam a acumulação dos proventos com a remuneração de cargos, empregos, funções, cargos eletivos e cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração);
- j) Gozar de saúde física e mental compativeis com as atividades a serem desempenhadas no exercício da função pública, apurada por profissional ou junta médica devidamente designada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÁNIA
- k) Residir na Microárea em que atuará, desde a publicação deste edital.
- Cumprir a carga horária estabelecida no contrato administrativo de prestação de serviços, sob pena de redução salarial e rescisão do contrato.

IV - DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

1. Considerando os princípios fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o candidato de





Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



baixa renda, que seja capaz de comprovar insuficiência de recursos financeiros, em razão de limitações de ordem financeira, e desde que não possa arcar com o pagamento da taxa de inscrição sem que comprometa o sustento próprio e de sua família, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

- 2. O pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deverá ser realizado INTERNET", através do endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br, em dia e horário estabelecidos no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
- 3. A isenção deverá ser solicitada pelos candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal -CadÚnico e forem membros de família de baixa renda
- 4. O candidato deverá informar seu Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em situação válida.
- 5. A entidade organizadora do certame repassará os dados informados ao órgão gestor do CadÚnico, para a verificação da veracidade das informações prestadas pelo candidato, que deverão coincidir integralmente com os dados registrados, uma vez que não haverá alteração nos dados cadastrais referentes a essa solicitação).
- 6. No momento da solicitação de isenção o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a) requerimento próprio, conforme modelo constante neste edital, devidamente preenchido e assinado;
 - b) cédula de identidade (frente/verso) ou outro documento equivalente, de valor legal:
 - c) Comprovante de Cadastramento no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal;

- d) Comprovante de endereço (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com assinatura reconhecida em cartório), demonstrando que reside na área da comunidade em que vai atuar (somente para AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)).
- 7. Os documentos deverão ser escaneados e enviados em um único arquivo, via upload, legível, com tamanho máximo de 5MB e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP ou PDF. O candidato deverá fazê-lo acessando sua área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO", localizada no endereco eletrônico www.exameconsultores.com.br, informando "CPF" e "SENHA" cadastrados no momento da inscrição e, em "Histórico das Inscrições", na coluna "Situação", clicar no link "Envio de Documentos".
- 8. Compete ao candidato, após realizar o upload, conferir em sua área restrita, se o arquivo foi devidamente gravado e/ou não foi corrompido.
- 9. Não será aceita, em hipótese alguma, a entrega de versão impressa dos documentos, bem como o seu encaminhamento via e-mail.
- 10. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, RESPONDERÁ CIVIL E CRIMINALMENTE pelo teor das afirmativas que fizer.
- 11. Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:
 - a) deixar de solicitar o PEDIDO ISENÇÃO nos termos previstos neste edital;
 - b) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - c) fraudar e/ou falsificar documento;
 - d) não informar, quando for o caso, o Número de Identificação Social (NIS) corretamente ou informá-lo nas situações inválido, excluído, com renda fora do perfil, não cadastrado ou de outra pessoa;
 - e) não enviar os documentos exigidos dentro do prazo estabelecido no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.





Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



- 12. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação.
- 13. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento da taxa de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no art. 5°, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- 14. 0 simples preenchimento dos dados necessários para o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição não garante ao interessado a referida isenção, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte dos organizadores.
- 15. O envio da documentação exigida para pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição é de responsabilidade exclusiva do candidato. A EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação ou congestionamento das linhas de comunicação. Ressalta-se que tal disposição só será válida se as falhas ocorridas não forem de responsabilidade dos organizadores.
- 16. Não serão aceitos, após o período para pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, acréscimos de documentos ou alterações das informações prestadas.
- 17. A partir do primeiro dia após o término do prazo para envio dos documentos, e conforme a documentação respectiva seja efetivamente recebida, dar-se-á a análise dos pedidos apresentados, cujo resultado estará disponível para o candidato na data estabelecida no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PUBLICO.
- 18. O resultado consistirá de listagem dos pedidos já analisados, da qual constará o nome dos candidatos por ordem alfabética, o número de inscrição, o Emprego Público, a informação sobre deferimento ou indeferimento.

- 19. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições efetivadas automaticamente no Processo Seletivo Público.
- 20. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos e que mantiverem interesse em participar do Processo Seletivo Público deverão imprimir a 2ª (segunda) via do boleto bancário e efetuar o pagamento do valor de inscrição até a data estabelecida no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PUBLICO

V - DAS INSCRIÇÕES

- 1. As inscrições deverão ser realizadas VIA INTERNET, através do endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br, em período e horário estabelecidos no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, sendo aceitos fora do período estabelecido.
- 2. A taxa de inscrição deverá ser recolhida em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, por meio de boleto bancário, até a data estabelecida no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, observado o horário de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária.
- 3. Caso o vencimento indicado no boleto bancário recaia em sábado, domingo ou feriado, o pagamento poderá ser efetuado até o dia útil imediatamente seguinte.
- 4. O boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta, para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras, e deverá ser pago no prazo nele indicado. A impressão desse documento em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato.
- 5. Durante o período de inscrição, a 2ª (segunda) via do boleto bancário poderá ser obtida no endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br, ficando indisponível a partir do primeiro dia útil após a data determinada para pagamento.
- 6. A EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



recebida por motivos de ordem técnica dos computadores. falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Ressalta-se que tal disposição só será válida se as falhas ocorridas não forem de responsabilidade dos organizadores.

- 7. A prestação de informação falsa, pelo candidato ou seu procurador, quando da inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, poderá acarretar o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme disposto no art. 5°, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Se o candidato for aprovado e o ato perpetrado for descoberto após a homologação do Resultado do Processo Seletivo Público, caberá Administração Pública a instauração à Processo Administrativo objetivando a anulação dos atos.
- 8. O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto possibilidade de divulgação de seus dados em listagens e resultados no decorrer do certame, tais como aqueles relativos ao nome, data de nascimento, notas e desempenho nas provas, ser portador de deficiência (se for o caso), entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atinentes ao Processo Seletivo Público. Não reclamações posteriores nesse caberão sentido, ficando cientes também os candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes.
- 9. Para imprimir o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO o candidato deverá acessar o endereço eletrônico da empresa organizadora www.exameconsultores.com.br e proceder da seguinte forma:
 - a) Acessar a área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO", localizada ao centro da tela principal do endereço eletrônico da empresa organizadora,

- informando "CPF" "SENHA" cadastrados no momento da inscrição;
- b) Será aberta a "ÁREA DO CANDIDATO". Logo abaixo você tem a área "Histórico Inscrições"; Selecionar "Mais Informações" na coluna "Situação de Pagamento";
- c) Clicar na opção "IMPRIMIR COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO".
- 10. A divulgação do Mapa Estatístico de Inscrições e dos Candidatos Inscritos ocorrerá em data, local e horário estabelecidos CRONOGRAMA DO **PROCESSO** SELETIVO PÚBLICO.
- 11. Este Edital, na íntegra, estará disponível para o candidato na PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA e também no endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br.

VI - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 1. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
- 2. Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.
- 3. Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.
- 4. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.
- 5. Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile, correio eletrônico, condicional ou extemporânea.
- 6. Caso o candidato se inscreva para mais de uma função pública, havendo coincidência quanto aos horários de provas, deverá optar por apenas um deles.
- 7. Após o pagamento da taxa de inscrição, não será permitida alteração ou troca de função pública, exceto quando houver exclusão da





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



função pública para o qual o candidato se inscreveu.

- 8. A identificação do pagamento ocorre no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a efetivação do pagamento da taxa.
- 9. O candidato poderá acompanhar o andamento de sua inscrição, acessando sua área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO", localizada no endereço eletrônico da empresa organizadora www.exameconsultores.com.br, informando "CPF" e "SENHA" cadastrados no momento da inscrição.
- 10. Será permitida a inscrição do candidato que estiver cursando a escolaridade mínima exigida como requisito para a função pública, entretanto, caso seja convocado, o candidato deverá apresentar no ato da contratação o comprovante de capacitação legal para o exercício da função pública (diploma registrado ou declaração ou atestado ou certificado de conclusão do curso emitido pela instituição de ensino, carteira de identidade profissional, registro no órgão de fiscalização do exercício profissional competente), bem como comprovação da experiência mínima exigida para o exercício das atribuições da função pública, se for o caso), sem o qual não terá direito à Contratação, além de ser eliminado do presente Processo Seletivo Público.

VII – DA RESTITUIÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 1. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida nos seguintes casos:
 - a) pagamento da taxa de inscrição em duplicidade;
 - b) alteração da data de realização das provas;
 - c) adiamento ou suspensão ou cancelamento do Processo Seletivo Público;
 - d) exclusão de alguma função pública oferecido:
 - situações inesperadas. independente de culpa ou dolo dos Organizadores.

- 2. No caso da hipótese prevista na letra "a" do item VII-1, o candidato deverá requerer a Restituição da Taxa de Inscrição em até 10 (dez) dias após o término das inscrições.
- 3. No caso das hipóteses previstas nas letras "b", "c", "d" e "e" do item VII-1, o candidato deverá requerer a Restituição da Taxa de Inscrição em até 30 (trinta) dias após a data de publicação do ato respectivo.
- 4. O Formulário de Restituição da Taxa de Inscrição será disponibilizado ao candidato em sua área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO", localizada no endereço eletrônico da empresa organizadora www.exameconsultores.com.br, em até 03 (três) dias úteis após a data de publicação do ato respectivo e ficará disponível pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do ato respectivo.
- 5. Para o candidato acessar sua área restrita, ele deverá informar o "CPF" e "SENHA" cadastrados no momento da inscrição.
- 6. A restituição da taxa de inscrição será processada nos 20 (vinte) dias úteis seguintes ao término do prazo fixado, por meio de depósito bancário na conta corrente indicada no respectivo Formulário Restituição da Taxa de Inscrição, sendo que os valores serão corrigidos monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente ao período compreendido entre a data da solicitação feita pelo candidato e a data da efetiva devolução.
- 7. Uma vez solicitada a restituição da taxa de inscrição, o candidato estará automaticamente excluído do Processo Seletivo Público, exceto quando ocorrer pagamento da taxa de inscrição em duplicidade.

VIII - DAS PROVAS

- 1. O Processo Seletivo Público constará de Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
- 2. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os candidatos e terá duração máxima de 03 (três) horas.





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



- 3. A empresa organizadora do Processo Seletivo Público manterá um marcador de tempo em cada sala de provas para fins acompanhamento pelos candidatos.
- 4. Cada questão da prova objetiva de múltipla escolha comporta apenas uma resposta correta dentre 04 (quatro) alternativas oferecidas (A, B, C ou D).
- 5. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha valerá 100 (cem) pontos e será aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos.

IX - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 1. As provas serão realizadas em local, data e horário estabelecidos no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
- 2. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de locais (espaço físico) adequados nos estabelecimentos de ensino disponíveis do município, os organizadores reservam-se o direito de modificar a data e/ou horário para realização das provas e, eventualmente, se a capacidade das unidades escolares deste não for suficiente para alocar todos os inscritos do Processo Seletivo Público, serão também realizadas nos municípios circunvizinhos a este, que apresentarem estrutura física funcional, atendendo, assim, às necessidades do processo de seleção, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e/ou alojamento desses candidatos.
- 3. A divulgação do Local de Realização das Provas (Distribuição de Candidatos / Locais de Prova) e confirmação de data e horário ocorrerá em data e horário estabelecidos no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
- 4. Será disponibilizado também aos candidatos o CARTÃO DE CONVOCAÇÃO, contendo informação sobre local, data e horário de prova.
- 5. Para imprimir o CARTÃO DE CONVOCAÇÃO o candidato deverá acessar sua área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO",

- localizada no endereço eletrônico da empresa organizadora www.exameconsultores.com.br, informando "CPF" e "SENHA" cadastrados no momento da inscrição.
- 6. O CARTÃO DE CONVOCAÇÃO poderá ser solicitado também pelo candidato na Sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, em período e horário estabelecidos no CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PUBLICO
- 7. Os portões de acesso aos locais de aplicação da Prova Objetiva de Múltipla Escolha serão fechados pontualmente no horário divulgado para realização das mesmas.
- 8. O candidato deverá comparecer ao local das provas 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais de aplicação das provas, considerado o horário de Brasília, munido do DE CONVOCAÇÃO, CARTÃO esferográfica transparente azul ou preta, cédula oficial de identidade ou outro documento equivalente, original ou cópia autenticada, (com foto e assinatura), não sendo aceitos protocolos ou declarações. No caso de perda, furto ou roubo, o candidato deverá apresentar boletim de ocorrência feito pela autoridade policial.
- 9. Serão considerados documentos identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte (ainda válido), certificado brasileiro reservista, carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valem como identidade; carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo e com foto).
- 10. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento casamento, títulos eleitorais, carteiras de motorista digital, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade,





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

- 11. Os documentos deverão estar em perfeita condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato e deverão conter, obrigatoriamente, fotografia e data de nascimento.
- Não será permitido o ingresso de candidatos no local de provas, em hipótese alguma, após o fechamento dos portões.
- 13. O candidato que comparecer ao local das provas sem documento de identidade não poderá, em nenhuma hipótese, participar de sua realização, e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público.
- 14. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença, de acordo com aquela constante do seu documento de identidade, vedada a aposição de rubrica.
- 15. Após instalado em sala de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguardar o horário de início das provas.
- 16. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada ou repetição de prova, importando a ausência ou retardamento do candidato em sua exclusão no Processo Seletivo Público, seja qual for o motivo alegado.
- 17. O candidato não poderá, em hipótese alguma, realizar a prova fora dos espaços físicos, datas e horários predeterminados no CARTÃO DE CONVOCAÇÃO.
- 18. O horário de início efetivo das provas poderá ser definido dentro de cada sala de aplicação, observado o tempo de duração estabelecido no presente Edital.
- 19. Em situações excepcionais, caso seja necessário modificar o horário de início efetivo das provas dentro de alguma sala, deverá ser observado o tempo de duração estabelecido no presente edital, concedendo ao candidato tempo extra para término da prova equivalente ao tempo de atraso. Nessas hipóteses, o tempo de atraso e o motivo que o gerou deverão ser registrados na Ata de Prova pelo(s) fiscal(is).

- 20. A inviolabilidade das provas será comprovada no momento de rompimento do lacre dos malotes de provas, na presença dos candidatos, dentro de cada sala de aplicação. Deverá haver assinatura de, no mínimo, 03 (três) candidatos, em termo (Ata de Prova) no qual atestem que o lacre das provas não estava violado e que presenciaram seu rompimento, na presença dos demais candidatos.
- 21. Ao adentrar à sala de provas, o candidato deverá desligar o telefone celular, bem como todos os outros equipamentos eletrônicos que esteja a portar, só lhe sendo permitido tornar a ligá-los fora das dependências físicas do local em que foi realizada a prova.
- 22. Não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço e outros itens de chapelaria durante a realização das provas. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.
- 23. Será vedado ao candidato o porte de arma no local de realização das provas, ainda que de porte de documento oficial de licença para o respectivo porte.
- 24. É de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência do material recebido no momento da prova. Deve ser verificada a compatibilidade do Caderno de Questões com a função pública escolhido no momento da inscrição, falhas de impressão e dados pessoais impressos em todos os documentos recebidos.
- 25. Caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão no Caderno de Questões, o candidato deve solicitar sua imediata substituição, sendo de sua inteira responsabilidade prejuízos decorrentes da não solicitação imediata de substituição.
- 26. Caso seja verificado erro com relação à função pública escolhida, a EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA EPP fará a averiguação e confirmará ao candidato para qual o mesmo realmente se inscreveu.
- Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização das provas.





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



- 28. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do Processo Seletivo Público, no dia de realização das provas, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas.
- 29. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação de provas, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
- 30. Não haverá guarda-volumes para objetos, documentos, equipamentos eletrônicos ou similares, não possuindo a PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA ou a EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP qualquer responsabilidade sobre os mesmos, por eventual extravio, perda, furto, dentre outros. Os itens perdidos durante a realização das provas escritas, que porventura venham a ser encontrados pela EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP guardados pelo prazo de 30 (trinta) dias, quando, então, serão encaminhados à Seção de Achados e Perdidos dos Correios.
- 31. O candidato deverá transcrever suas respostas na folha de respostas, que é o documento válido para correção eletrônica, com caneta esferográfica azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros.
- 32. Serão de inteira responsabilidade candidato OS prejuízos advindos das marcações feitas incorretamente na folha de respostas.
- serão computadas questões não 33. Não assinaladas na folha de respostas, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível, ou que não sejam assinaladas com caneta esferográfica azul ou preta.
- 34. Não se poderá substituir a folha de respostas por erro do candidato e a não assinatura com caneta esferográfica azul ou preta ou a ausência de assinatura na mesma implicará em sua eliminação.
- 35. Ao iniciar a prova, o candidato deverá permanecer na sala pelo tempo mínimo de 60 (sessenta) minutos.

- 36. O CANDIDATO, AO TERMINAR A PROVA, ENTREGARÁ AO FISCAL SOMENTE A SUA FOLHA DE RESPOSTAS, DEVIDAMENTE PREENCHIDA E ASSINADA.
- 37. Não haverá revisão de provas sem que haja recurso devidamente fundamentado.
- 38. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Público no estabelecimento de aplicação das provas, exceto quando for acompanhante de candidata conforme previsto no presente edital.
- 39. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto, após a aposição de suas respectivas assinaturas em termo (Ata de Prova), a qual deverá referir-se às ocorrências em geral, ao rompimento do lacre e ao fechamento dos envelopes contendo as folhas de respostas.
- 40. Será excluído do Processo Seletivo Público o candidato que:
 - a) Solicitar a restituição da taxa de inscrição nas hipóteses previstas no item VII deste Edital, exceto quando ocorrer pagamento da taxa de inscrição em duplicidade.
 - b) Se apresentar após o horário estabelecido;
 - c) Não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
 - d) Não apresentar a cédula oficial de identidade ou outro documento equivalente;
 - e) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo Público;
 - f) Durante a realização das provas for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito, ou através de aparelhos eletrônicos. máquinas calculadoras (também relógios), agendas eletrônicas similares, BIP, telefone celular, pager, walkman, máquina fotográfica, receptor,



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



- gravador etc., ou ainda que venha tumultuar a sua realização;
- g) Ausentar-se do recinto da prova, a não ser momentaneamente, em casos especiais e desde que na companhia de um fiscal;
- h) Usar de incorreções ou descortesia para com os coordenadores, membros da Comissão Especial de Processo Seletivo Público, fiscais de salas, auxiliares e autoridades presentes;
- i) Não devolver a folha de respostas recebida.

X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

- A classificação final dos candidatos será ordenada por função pública (e por localidade de atuação, se for o caso), em ordem decrescente, de acordo com o total de pontos obtidos na prova Objetiva de Múltipla Escolha (com indicação de pontos em cada prova).
- 2. Para efeito de desempate entre os candidatos aprovados com a mesma pontuação, inclusive os portadores de necessidades especiais, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
 - a) Tiver idade mais elevada, até a data de divulgação do Resultado Final (em ordem de classificação), dentre aqueles que tenham idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (parágrafo único do artigo 27 da lei Federal nº 10.741, de 01/10/2003 - Estatuto do Idoso);
 - b) Obtiver o maior número de pontos na Prova Específica;
 - c) Obtiver o maior número de pontos na prova de Português;
 - d) Tiver idade mais elevada, até a data de divulgação do Resultado Final (em ordem de classificação), dentre aqueles que tenham idade inferior a 60 (sessenta) anos.

XI - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Serão admitidos recursos contra os seguintes eventos:

- a) indeferimento do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- b) inscrições (erro na grafia do nome; omissão do nome; erro no nº de inscrição; erro no nº da identidade; erro na nomenclatura função da pública; indeferimento de inscrição; indeferimento do pedido de atendimento diferenciado);
- c) local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou sala; erro na data e/ou horário);
- d) realização das provas;
- e) questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (desde que demonstrado erro material);
- gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada);
- g) resultados (erro na pontuação classificação);
- h) qualquer outra decisão proferida certame.
- 2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação dos eventos acima no endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br, esclarecendose que a publicação será feita na mesma data no quadro de avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, podendo assim o candidato valer-se da consulta.
- 3. Os recursos deverão ser preenchidos em formulário específico (modelo constante deste Edital e disponível também na área restrita do candidato, denominada "ÁREA DO CANDIDATO". localizada no endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br).
- 4. Os recursos deverão ser escaneados e enviados em um único arquivo via upload, legível, com tamanho máximo de 5MB e com as seguintes extensões: JPG ou JPEG ou BMP ou PDF. O candidato deverá fazê-lo acessando sua área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO", localizada no endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br, informando

"CPF" e "SENHA" cadastrados no momento



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



da inscrição. Em seguida, clicar na aba de "Recursos", selecionar o evento, clicar em "Novo Recurso", anexar e enviar o arquivo correspondente.

5. Os recursos também poderão protocolados na Sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, ou enviados por para concursos@exameconsultores.com.br, ou encaminhados via postal, endereçado à EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP, através dos Correios, por meio de Aviso de Recebimento - AR (averiguandosua tempestividade pela data da postagem), dentro de um envelope lacrado, com a seguinte identificação:

> Processo Seletivo Público – Edital nº 002/2023 -PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA – Recurso Administrativo - Nº de Inscrição - Nome completo do candidato - Função Pública pleiteada

- 6. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, através da Comissão Especial de Processo Seletivo Público, enviará os recursos protocolados pelos candidatos à EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA -EPP
- 7. A anulação de qualquer questão, seja por recurso administrativo ou decisão judicial, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo.
- 8. Será indeferido liminarmente o pedido de recurso fora de contexto ou não fundamentado ou que não apresentar argumentação lógica e consistente ou ainda aquele a que se der entrada fora dos prazos estabelecidos.
- 9. Os recursos interpostos serão decididos em única instância, ou seja, a decisão terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.
- 10. Os recursos interpostos serão respondidos pela empresa organizadora do Processo Seletivo Público e respectivo parecer será disponibilizado ao candidato, no máximo, até a data do evento subsequente constante do CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.

XII – DA IMPUGNAÇÃO DESTE EDITAL

- Este Edital poderá ser impugnado no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua publicação, nos termos do item I, subitem 7 deste Edital.
- 2. A apresentação de impugnação e a solução respectiva obedecerão às mesmas regras estabelecidas no item XI deste Edital.
- 3. A falta de impugnação no prazo estabelecido implica manifestação de aceitação integral dos termos deste Edital.

XIII - DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PcD

- A Pessoa com Deficiência PcD que pretenda fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Público.
- 2. A Pessoa com Deficiência PcD deverá observar a compatibilidade das atribuições da função pública ao qual pretende concorrer com a deficiência da qual é portador.
- 3. Ficam assegurados 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no presente Processo Seletivo Público às Pessoas com Deficiência - PcD. Caso surjam novas vagas no decorrer do prazo de validade do presente Processo Seletivo Público, o mesmo percentual será igualmente assegurado às Pessoas com Deficiência - PcD.
- 4. Para pleno atendimento ao subitem anterior no que diz respeito ao arredondamento, na hipótese de aplicação do percentual resultar em número fracionado, este será arredondado para o primeiro número inteiro subsequente, sendo que o resultado da aplicação dessa regra deve ser mantido, sempre, dentro dos limites mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para cada função pública, regendose a disputa pela igualdade de condições, atendendo assim, ao princípio competitividade orientada pelo Supremo Tribunal Federal, por meio do Senhor Ministro Marco Aurélio, no documento MS 26.310-





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



5/DF - Relator Ministro Marco Aurélio - DJ 31.10.2007.

- 5. Não havendo convocação e contratação conjunta de todos os aprovados, o 1º candidato de cada função pública com deficiência aprovado será convocado para ocupar a 5ª vaga, já que em se admitindo reservar vagas quando a oferta em Processo Seletivo Público for inferior a 5 (cinco) estarse-ia ultrapassando o limite percentual de 20% (vinte por cento). Em seguida, o 2º candidato será convocado para ocupar a 21ª vaga, o 3º para ocupar a 41ª vaga, o 4º para ocupar a 61ª vaga, е assim sucessivamente, obedecendo ao percentual estipulado, respeitando-se a ordem de classificação da dos candidatos aprovados deficiência.
- 6. O candidato que quiser concorrer como deficiente deverá declarar tal intento no ato da inscrição, assinalando tal opcão modalidade de concorrência, e enviar para os organizadores um Laudo Médico.
- 7. O laudo médico deverá ser escaneado e enviado em um único arquivo, via upload, legível, com tamanho máximo de 5MB e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP ou PDF. O candidato deverá fazê-lo acessando sua área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO", localizada no endereço eletrônico www.exameconsultores.com.br, informando "CPF" e "SENHA" cadastrados no momento da inscrição e, em "Histórico das Inscrições", na coluna "Situação", clicar no link "Envio de Documentos".
- 8. Compete ao candidato, após realizar o upload, conferir em sua área restrita, se o arquivo foi devidamente gravado e/ou não foi corrompido.
- 9. Não será aceita, em hipótese alguma, a entrega de versão impressa do laudo médico, bem como o seu encaminhamento via e-mail.
- 10. Não serão aceitas solicitações de alteração de opção de modalidade de concorrência, de "Ampla Concorrência" para "Pessoa com Deficiência - PcD" ou vice-versa, após o encerramento do período de inscrição.
- 11. O fato de o candidato se inscrever como "Pessoa com Deficiência - PcD" e enviar o

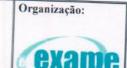
- laudo médico não configura participação automática na concorrência para as vagas reservadas, devendo o laudo passar por uma análise pela empresa organizadora, no caso de indeferimento, passará o candidato a concorrer somente às vagas de ampla concorrência
- 12. A análise do laudo médico será somente documental, ou seja, constitui em examinar se documento apresentado está conformidade com os critérios estabelecidos neste Edital
- 13. O laudo médico será considerado válido se expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições e conter as seguintes informações: nome completo do candidato; especificação do tipo de deficiência, bem como do grau ou nível de deficiência; expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID-10), com a provável causa da deficiência; local e data de sua emissão; assinatura e carimbo contendo o CRM do médico atestante.
- 14. Caso o candidato não envie o laudo médico ou envie o laudo médico sem as informações necessárias para ser considerado válido ou em arquivo corrompido ou ilegível ou com rasuras, não estará apto para concorrer às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência - PcD e permanecerá concorrendo somente às vagas de ampla concorrência, mesmo que tenha assinalado tal opção no momento da inscrição.
- 15. Somente serão considerados como deficientes aqueles candidatos que se enquadrem nas situações previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, combinado com o enunciado da Súmula 377 do STJ, de 22/04/2009.
- 16. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual, passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 17. O candidato com deficiência, se aprovado, quando de sua contratação, será submetido a exames médicos e complementares, que terão decisão terminativa sobre a qualificação como





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



deficiente ou não, e o grau de deficiência que não o incapacite para o exercício da função pública. Caso a decisão não o qualifique para o exercício da função pública, é assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme disposto no art. 5°, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, podendo interpor recurso administrativo, em única e última instância administrativa, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua intimação, contra a decisão que o desqualificou.

- 18. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas às Pessoas com Deficiência - PcD, estas serão revertidas aos demais concorrentes, com a estrita observância da ordem de classificação.
- 19. Os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e nota mínima exigida para os demais candidatos.
- candidato que porventura declarar indevidamente, quando do preenchimento do formulário de inscrição via Internet, ser pessoa deficiência deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, entrar em contato com a EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP e-mail concursos@exameconsultores.com.br para a correção da informação, por tratar-se apenas de erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição.
- 21. O CANDIDATO QUE CONCORRER NA CONDIÇÃO DE DEFICIENTE, SE APROVADO NESTE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO, ALÉM DE FIGURAR NA LISTA CLASSIFICAÇÃO DA AMPLA CONCORRÊNCIA, TERÁ SEU NOME CONSTANTE DA LISTA ESPECÍFICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD.

XIV - DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

candidato portador de necessidades especiais, temporárias ou definitivas, que necessitar de atendimento diferenciado para a

realização das provas, deverá indicar, no momento da inscrição ou durante o período de inscrições, os recursos especiais necessários, tais como: Autorização para utilização de aparelho auricular; Designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e na transcrição das respostas; Facilidade de acesso às salas de realização da prova e às demais instalações de uso coletivo no local onde será realizado o certame; Fiscal ledor, com leitura fluente; Intérprete de Libras; Mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova; Prova impressa em Braile; Prova impressa em caracteres ampliados (Ex: Fonte Tamanho 24), Tempo adicional para realização das provas.

- candidato deverá enviar para organizadores um laudo médico justificando a necessidade do atendimento diferenciado. O laudo médico será considerado válido se expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições.
- 3. O laudo médico deverá ser escaneado e enviado em um único arquivo, via upload, legível, com tamanho máximo de 5MB e com as seguintes extensões: JPG, JPEG, BMP ou PDF. O candidato deverá fazê-lo acessando sua área restrita, denominada "ÁREA DO CANDIDATO", localizada endereço no eletrônico www.exameconsultores.com.br, informando "CPF" e "SENHA" cadastrados no momento da inscrição e, em "Histórico das Inscrições", na coluna "Situação", clicar no link "Envio de Documentos".
- 3. Compete ao candidato, após realizar o upload, conferir em sua área restrita, se o arquivo foi devidamente gravado e/ou não foi corrompido.
- 4. Não será aceita, em hipótese alguma, a entrega de versão impressa do laudo médico, bem como o seu encaminhamento via e-mail.
- 5. O atendimento diferenciado obedecerá a critérios de viabilidade e de razoabilidade, sendo comunicado o seu atendimento ou não quando de sua convocação para a realização das provas.
- A solicitação de atendimento diferenciado será atendida segundo critérios de viabilidade e de razoabilidade, sendo comunicado o seu atendimento ou não, quando





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)

Organização:



disponibilização ao candidato do CARTÃO DE CONVOCAÇÃO, contendo informação sobre local, data e horário de prova.

 O candidato cujo pedido de atendimento especial for indeferido poderá interpor recurso nos termos do item XI deste Edital.

XV - DA CANDIDATA LACTANTE

- A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo, desde que o requeira, no momento da inscrição ou durante o período de inscrições.
- 2. A lactante deverá apresentar-se no dia da aplicação da prova e no respectivo horário para o qual foi convocada, com 01 (um) acompanhante adulto, que ficará em local determinado pelos organizadores do Processo Seletivo Público e será responsável pela guarda da criança.
- Não será disponibilizado, pelos organizadores, responsável para a guarda da criança, e a ausência de acompanhante acarretará à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- Durante o período de amamentação, a candidata lactante será acompanhada por fiscal, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições estabelecidos.
- 5. O tempo efetivo despendido para amamentação será cronometrado para fins de compensação, sendo informado à candidata na sala de provas e o fato registrado em termo (Ata de Prova). A candidata poderá permanecer na sala de provas até o complemento do tempo efetivamente despendido para amamentação.

XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

 Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O candidato deverá observar rigorosamente os comunicados a serem divulgados na forma prevista neste edital.

- A PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA e a EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Processo Seletivo Público.
- 3. O candidato deverá manter atualizado seus dados junto à EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA EPP, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Público, e junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, se aprovado, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Público, visando eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação caso esta não seja possível, por falta da citada atualização. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização dos seus dados.
- 4. A APROVAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO NÃO GERA DIREITO A CONTRATAÇÃO IMEDIATA, FICANDO CONDICIONADA À OBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS PERTINENTES, DA RIGOROSA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, DO SEU PRAZO DE VALIDADE, LIMITES DE VAGAS EXISTENTES NA LEGISLAÇÃO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.
- 5. O candidato aprovado e classificado no presente Processo Seletivo Público, quando convocado para ocupar a função pública, terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar, os seguintes documentos:
 - a) original e fotocópia de comprovante de residência (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com assinatura reconhecida em cartório), sendo que, para AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o comprovante de residência deverá demonstrar que o candidato reside na área da comunidade em que vai atuar desde a data da publicação deste edital.
 - b) laudo médico favorável, fornecido pelo profissional ou junta médica designado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)





- c) original e fotocópia do certificado de conclusão do Curso de Formação Inicial;
- d) original e fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;
- e) original e fotocópia da Cédula Identidade;
- f) original e fotocópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- g) na hipótese de o candidato ser cidadão português a quem foi deferida igualdade nas condições previstas no § 1º do art. 12 da Constituição Federal, deverá ser apresentado documento expedido pelo Ministério da Justiça, reconhecendo a igualdade de direitos, obrigações civis e gozo dos direitos políticos, nos termos do Decreto Federal nº 70.436, de 18 de abril de 1972, e dos arts. 15 e 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal, celebrado em 22 de abril de 2000 e promulgado pelo Decreto Federal nº 3.927, de 17 de outubro de 2001; e documento de identidade de modelo igual ao do brasileiro, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao tratado, nos termos do seu art. 22 do Decreto Federal nº 3.927, de 2001.
- h) original e fotocópia do cartão cadastramento no PIS/PASEP, se possuir candidato deverá consultar Regularidade na Qualificação Cadastral do PIS/PASEP pelo endereço eletrônico da Previdência Social: https://portal.esocial.gov.br/institucional/co nsulta-qualificacao-cadastral e caso a consulta apresente inconsistências, o candidato deve procurar 0 órgão competente para regularização 0 apresentar, durante o processo admissão, documento comprobatório de regularização expedido pelo referido órgão);
- i) original e fotocópia da Certidão de nascimento e comprovante de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- j) 2 fotografias 3x4 recentes;

- k) original e fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral, disponível no endereço eletrônico http://www.tse.gov.br;
- I) original e fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);
- m) original e fotocópia do comprovante de conclusão da escolaridade exigida para o exercício da função pública (diploma registrado ou declaração ou atestado ou certificado de conclusão do curso emitido pela instituição de ensino);
- n) Certidão de antecedentes criminais;
- o) declaração de que não infringe o art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (acumulação remunerada de cargos, empregos e funções), bem como o disposto no art. 37, §10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública).
- convocação poderá ser feita correspondência eletrônica (e-mail) informado no ato de inscrição do concurso. É de responsabilidade do candidato manter o seu email atualizado junto ao órgão executor do concurso, bem como fazer a periódica conferência de recebimento das mensagens.
- 7. Quando a contratação do candidato não ocorrer dentro do prazo previsto, convocação será considerada sem efeito, implicando no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento da função pública para o qual foi aprovado, reservando-se à administração o direito de convocar o próximo candidato, contudo, é admissível que o candidato faça pedido administrativo solicitando a sua reclassificação para o final da lista dos candidatos aprovados, sem garantia de convocação, desde que não haja prejuízo à Administração Pública e a qualquer outro candidato classificado.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



- 8. O candidato que desejar relatar fatos ocorridos durante a realização do Processo Seletivo Público ou que desejar comprovante de comparecimento nas provas ou que tenha necessidade de outras informações, deverá efetuar contato junto à EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP pelo e-mail concursos@exameconsultores.com.br ou pelo telefone (31) 3225-7833.
- 9. Não serão fornecidas provas relativas a Processos Seletivos e/ou Concursos Públicos anteriores.
- 10.0 acompanhamento das publicações relativamente ao Processo Seletivo Público regido por este Edital, incluindo suas retificações, as instruções, comunicações e convocações dele decorrentes, assim como os resultados relacionados ao Certame, é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 11. As pessoas que não tiverem computador e/ou acesso à internet poderão buscar auxílio na PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA, horário de expediente, onde será disponibilizado equipamento adequado, acesso à internet e uma impressora com tinta e papel para que possam realizar pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição, inscrições, consultas e interposição de recursos contra qualquer decisão proferida no certame, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a realização do respectivo procedimento nos termos deste edital.
- 12. Caberá ao Prefeito do MUNICÍPIO DE JORDÂNIA a homologação do resultado final, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após terem sido ultimadas todas as etapas editalícias.
- 13. A EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP não participa do processo de convocação e contratação dos candidatos aprovados. Tais informações deverão ser obtidas junto à PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA.
- 14. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA e a EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer fases do certame, mesmo quando

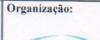
- alteradas as datas previstas no cronograma inicial
- 15. 0 CRONOGRAMA DO **PROCESSO** SELETIVO PÚBLICO poderá ser alterado pelos organizadores a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor, ou de reivindicar em razão de alguma alteração.
- 16. A PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA procederá à guarda de todos os documentos relativos ao Processo Seletivo Público pelo prazo de 05 (cinco) anos, observada a Resolução nº 14, de 24/10/2001 do CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), que dispõe sobre o Código de Classificação Documentos de Arquivos Administração Pública.
- 17. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos Comissão Especial de Processo Seletivo Público.

Jordânia, 29 de agosto de 2023. (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)





Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)





ANEXO I

FUNÇÃO PÚBLICA, VENCIMENTO, NÚMERO DE VAGAS, REQUISITOS, JORNADA DE TRABALHO SEMANAL, VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO E PROVAS

Funções Públicas	Vencimento (R\$)	Nº de Vagas ¹	Requisitos (escolaridade,	Jornada de Trabalho Semanal	Valor da taxa de inscrição (R\$)	Provas			
			categoria profissional e outras			Tipos	Nº de questões	Pontos	
			exigências da função pública)					Por questão	Por
AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE	2.640,00	26	 ✓ Residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; ✓ ter concluido com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas; ✓ ter concluído o ensino médio 	40h	70,00	PortuguêsEspecífica	10 10	4.0 6.0	40 60
AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	2.640,00	04	 ✓ Ter concluído, com aproveitamento, curso de formação inicial, com carga horária mínima de quarenta horas; ✓ ter concluído o ensino médio 	40h	70,00	PortuguêsEspecífica	10 10	4,0 6,0	40 60

¹ **Nº de Vagas**: Pessoas com Deficiência – PcD + Concorrência Ampla = <u>Nº Total de Vagas</u>



Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



ANEXO II

TABELA DE ABRANGÊNCIA / ÁREAS DE ATUAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

DA FAMÍLIA	MICROÁREA	ABRANGÊNCIA		E VAGAS Concorrênc	
		COMUNIDADE DO LÓDO; COMUNIDADE DO DAMIÃO; LAVRADO E BRITOS REGIÃO CENTRAL DE RIBEIRA 1 (RUA LAURINDO CARÃO)	Deficiência - PcD	Ampla	
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDI	02	RUA F PRACA BAMIDO DEPENTA (NOS ENTRODO JOSE SILVA: ACRESCIDO DA EXTENDA		01	
KIBEIRA DO CADIM ACCIT	0.400			01	
EQUIPE RIBEIRA DO CAPIN ASSÚ - ESF	20040	COMUNIDADE CARIDOSO, BARRA DA RIBEIRA; COMUNIDADE BAMBÚ E COMUNIDADE NOSSA SENHORA D'AJUDA- REGIÃO DE DIU DA BARRA ATÉ REGIÃO DE DONECIANO)		01	
	05	NOVA		01	
	06	REGIÃO CENTRAL DE RIBEIRA 2 - RUA ANTÓNIO DAMASCENO; RUA BOA VISTA; RUA MARIA RUA ALIBEIRA COMPOSITATION DE LA LADEIRA)		01	
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE- VILA DE ESTRELA - EQUIPE DE ESTRELA – ESF		FERREIRA (ANTIGA RUA DA LADEIRA)		01	
	01	TERRA): TRAVESSA CUARANTIVENCIO PINHEIRO; PRACA APIO BARBOSA: FORCA DO DOLLA	-	01	
	- 02	TERRA): TRAVESSA GUARANI; TRAVESSA JUVÉNCIO PINHEIRO; PRAÇA ÁPIO BARBOSA; FORÇA DO POVO (SEM RUA JOSEFA DAMASCENA: RUA DIECENOSIO PINHEIRO		01	
	13	RUA JOSEFA DAMASCENA; RUA OLEGARIO BATISTA; RUA SANTO ANTÓNIO E FAZENDAS COMUNIDADE SANTO ANTÓNIO)			
	21			01	
	22	COMUNIDADE SALGADINHO, COMUNIDADE ESCRITÓRIO, ESTRADA DE POUSO ALEGRE BAIRRO GUANABLA CORREGO DE ESTRELA		01	
	01	BAIRRO GUANABADA (BULLIA)	-	01	
	01	AO 990, RUA ARCANJA ALVES COSTA N° 315 AO 937, RUA JOSÉ TRANCOSO DE MEIRELES N° 241 TRAVESSA JOSÉ TRANCOSO DE MEIRELES, TRAVESSA ESTRELA RIJA EDO PINTO N° 370 AO 658, BAIRRO GIANABARIO.		01	
		BAIRRO GUANABARA E ESTABLES, TRAVESSA ESTRELA, RUA FRANCISCO ELICITADO AO 658,		01	
	03			15.0	
	1000				
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE- DR. JOÃO GOMES MACHADO	04	COMUNIDADE PEDPO DE LA ADVALDO LINS PEIXOTO Nº 40 AO 230)		01	
(GUANARARA) FOLIDE		BAIRRO SÃO CAETANO DI MAIRAS.			
SAUDE PARA TODOS - ESF		BAIRRO SÃO CAETANO, PLANALTO E JERUSALÉM RUA MARIANO SOARES Nº 168 AO 200, RUYA MANOEL VALÉRIO Nº 60 AO 400, RUA AURELINA LEITE N° 301 AO 330, RUA IPANEMA N° 60 AO 189, AO 450 B. PLANALTO N° 458 AO 598, RUA CLEMENTE DE O		01	
	08	RUA ALMERINDO PIRES - PLANALTO N° 458 AO 598, RUA CLEMENTE DE OLVERA - PLANALTO N° 458 AO 598, RUA CLEMENTE DE OLVERA - PLANALTO N° 458 AO 598, RUA CLEMENTE DE OLVERA - PLANALTO N° 220 RUA PRETO EJOUEDRA - PLANALTO N° 225 AO 506, RUA VITÓTIO EJOUEDRA - PLANALTO N° 220			
		RUA PRETO FIGURE PERO PLANALTO Nº 275 AO 506, RUA VITORIA - PLANALTO Nº 220		04	
				01	
	09				
			-	01	
	11				
			- 0	01	
	- 10			17.1	
	12	SÃO BENTO Nº 25E ALVINEIRO Nº 139 A 412; RUA JOÃO RIBEIRO DE FARIAS DE MEIRELES Nº			
INIDADE DÍGITA		SÃO BENTO N° 255 A 411; RUA LERO GOMES N° 15 A 295; RUA MANOEL VALÉRIO N° 25 A 63; RUA TRAVESSA INDEPENDÊNCIA/SÃO BENTO N° 47 A 103 E RUA FELINTO ACILIAR N° 42 A 63;	-	01	
UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE- DR. JOÃO DIAS TAVARES	14	TRAVESSA INDEPENDENCIA/SÃO BENTO № 47 A 103 E RUA FELINTO AGUIAR № 55 A 295 SÃO CAETANO (RUA SÃO BENTO № 380, 410, 412 A 801; RUA JUSTINIANO FIGUEIREDO № 27 A 63; RUA MARIANO GOMES № 137 A 338; RUA FELINTO AGUIAR № 173, 203 15, 226 A 265; RUA MARIANO GOMES № 137 A 338; RUA FELINTO AGUIAR № 173, 203 15, 226 A 266	~,	O.I	
(CENTRAL) - EQUIPE SAUDE		RUA ALMERINDO PIDES DE COUTA A 338, RUA FELINTO AGUIAR Nº 173, 203 215, 235, 241, 202, 203 A 565;			
EM AÇÃO - ESF				01	
	15	FREITAS Nº 05 A 186. DITA CANTA TOO ALCEDING GOMES 70 A 186. DITA MARGA			
		MARACANA E CENTRO SOARES Nº 430 A 2015 E RUA YPÉ Nº 40 A 275)	-	01	
	16	JUVENCIO PINHEIRO NIO AS A TELEVIANO SILVA Nº 02 A 211; RUA SÃO SERASTIÃO Nº 02 A 075			
		JUVĚNCIO PINHEIRO № 15 A 74; RUA ARCANJA ALVES COSTA № 87 A 360 E JOSÉ DOS ANJOS SILVA № 46 A 547; PRAÇA DA MATRIZ № 140,150 E 160.		01	
	10	RIBEIRÃO (FAZENDA ICOMEÇA NA SUBSTAÇÃO, ALCANTARAS ATÉ CORPUADO			
	10	RIBEIRÃO (FAZENDA ALAGOINHA DE LUCENI ATÉ A FAZENDA DOS GOBIRA; ESTRADA DO VAQUEJADA ATÉ OS SOUTO; ESTRADA DO ASFALTO (FAZENDA PARAISO/FRAIDSON) CENTRO E SAUCATE ATÉ A CENTRO DE CENTRO DE CENTRO E SAUCATE ATÉ A			
		FAZENDA PARAISO/FRAIDSON)		01	
- 1		258 263 285 292 200 200 200 DORQUIM LEITE Nº 213, 227, 220, 244, 245, 240, 2504, 245			
		258, 263, 265, 292, 300, 308, 314, 320, 328, 334, 311, 319(A), 319(B), 346, 351, 363, 374, 378, 376, 386, 396, 510, 526, 527, 535, 581, 588, 590, E 600; RUA SÃO BENTO N° 08,09, 17, 18, 25, 33, 41, 40, 56, 400, 490, 123, 147, 158, 377, 158, 450, 450, 450, 450, 450, 450, 450, 450			
	04	510, 526, 527, 535, 581, 588, 590 E 600; RUA SÃO BENTO Nº 08,09,17,18,25,33,41,378,376,386,396, 123, 147, 163, 177, 180, 185, 193, 203; RUA MANOEL PAULINO FREITAS, N° 144, 47, 49, 55, 58, 59, 60, 63,			
		551 553 554 557 550 577 578 579 579 579 579 579 579 579 579 579 579			
			-	01	
		SUIMARÃES BARROS Nº 08, 20, 35, 44, 52, 58, 66; RUA DR SEVERO PERÍRA LEITE Nº 30 A 45; RUA SUIMARÃES BARROS Nº 08, 20, 35, 44, 52, 58, 66; RUA DR SEVERO PERÍRA LEITE Nº 30 A 45; RUA SUIMARÃES BARROS Nº 12 A 45; ZONA RURAL — ESTRADAS QUIF VÃO PARA CALITE Nº 30 A 45; RUA			
	9	ALIDADE E CENTRE Nº 12 A 45; ZONA RURAL - ESTRADAS QUE VÁO BARA O CALERO Nº 30 A 45; RUA			
IDADE BÁSICA DE SAÚDE	1	64 161 185 191 CAL STATE AND STEEL ALSO SEED STEEL AND STATE AND S		0.4	
- DR. SEVERO PEREIRA LEITE - EQUIPE SAUDE E CIDADANIA- ESF	1	54. 161, 185, 191, S/N, 211, 215, 168, 20, S/N, 37, 35, 38, 60, 63, 70, 75, 85, 80, S/N, 93, 115, 110, 94, 100, ENTRO E BEIRA RIO (RUA SÃO FRANCISCO N° 312, A38, 474, A36, 474,		01	
			1 - 60		
				04	
	TF	RAVESSA MANOEL DAG 196, 196, 196, PRAÇA VALDÍVIO PEREIRA DE SOLIZA PRAÇA 196, 196, 194, 204,		01	
	19 HO	RIZONTE N° 11, 13, 8, 7, 9, 760, 12, 14, 109, 93, 76, 19, 19*, 40, 25, 17, 68, 23, 66, 65, 45, 44, 82, 72, 57, 467, 488, 473, 20, 488, 473, 20, 488, 488, 488, 488, 488, 488, 488, 48			
	08	467 468 477 30 450 450 450 450 450 450 450 450 450 45		24	
				01	
	23 153	7, 201, 210, 231, 241, RUA TIRADENTES Nº 14, 23, 31, 32, 45, 50, 64, 55, 248, 77, 77, 776, 185, 198,			
	FR	3, 154, 165, 210, 176, 180, 200, 183, 19, 220, 260, 303, 275, 328, 340 E 350; RUA MANOEL PAULINO DE TRIZ)	-	01	
	I MA	IRIZ) FINNEIRO Nº 05, 07, 09, 11, 13, 08, 10 F 30, PRACE DA		21	



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES PÚBLICAS

- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: I Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea; II - Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados; III - Orientar as famílias à utilização dos serviços de saúde disponíveis; IV - Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; V - Acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, programando-a em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de uma visita por família por mês; VI - Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à Unidade de Saúde, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; VII - Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate à dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente, a respeito das situações de risco; VIII - Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa-Família ou qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidade implantado pelo governo federal, estadual e municipal, de acordo com o planejamento da equipe; IX - Atuar de forma articulada com a equipe de Vigilância em Saúde, com as atribuições de: a) Informar ao morador sobre a importância da verificação da existência de larvas ou mosquitos Aedes aegypti no domicílio e peridomicílio, chamando a atenção para os criadouros mais comuns na sua área de atuação; b) Vistoriar o domicílio e/ou peridomicílio, acompanhado pelo morador, para identificar locais de existência de objetos que sejam ou possam se transformar em criadouros do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue e outras doenças prevalentes no território; c) Orientar e acompanhar o morador na remoção, destruição ou vedação de objetos que possam se transformar em criadouros de mosquitos, removendo mecanicamente, se necessário, as formas imaturas de mosquito; d) Estimular os moradores a assumirem o compromisso com a adoção das ações de prevenção, de forma espontânea e rotineira; e) Encaminhar ao Agente de Combate às Endemias (ACE) os casos de verificação de criadouros de difícil acesso ou que necessitem do uso de larvicidas/bilarvicidas; f) Promover reuniões com a comunidade, com o objetivo de mobilizá-la para as ações de prevenção e controle da dengue e outras doenças prevalentes no território, bem como conscientizar a população quanto à importância de que todos os domicílios em um uma área infestada pelo mosquito Aedes aegypti sejam trabalhados, garantindo o acesso do Agente de Combate às Endemias (ACE); g) Comunicar ao enfermeiro supervisor e ao Agente de Combate às Endemias (ACE) a existência de criadouros de larvas e ou mosquito transmissor da dengue e outros vetores que dependam de tratamento químico/biológico, da interveniência da vigilância à saúde ou de outras intervenções do poder público; h) Comunicar ao enfermeiro supervisor e ao Agente de Combate às Endemias (ACE) os imóveis fechados e as recusas à visita; i) Notificar os casos suspeitos de dengue e outras doenças prevalentes no território em ficha específica e informar a equipe da Unidade de saúde; X - Registrar todas as suas atividades desenvolvidas nos sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, XI - Desenvolver outras atividades nas Unidades de Saúde, desde que vinculadas às atribuições anteriores, a critério da chefia imediata.
- AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: I Executar ações de intervenções ambientais para minimizar os riscos à saúde através de medidas ativas visando o combate e/ou controle de vetores, hospedeiros e das zoonoses tais como a preparação e aplicação de produtos químicos, produtos biológicos e alternativos; remoção manual dos mesmos quando for o caso; investigação e trabalho de campo com demais equipamentos disponíveis no Município; II Operar máquinas e equipamentos para aplicação de produtos químicos, devidamente orientados e treinados; III Desenvolver atividades educativas de



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)

Organização:



orientação sobre saúde e meio ambiente (distribuição e eventual afixação de material educativo, participação na organização e logística de eventos e outras atividades correlatas) junto à população em residências, escolas, indústrias, comércio, centros comunitários, igrejas e outros; IV - Preencher planilhas e formulários, alimentação dos sistemas de informação e digitação dos programas de Vigilância em Saúde; V - Vistoriar e elaborar relatórios, atualização de mapas e preenchimento de notificações; VI - Realizar busca ativa de casos potenciais de doenças transmissíveis, com eventual apoio e encaminhamento de pacientes; VII - Colaborar em pesquisas, inquéritos, investigação epidemiológica e entomológica, e campanhas e outros eventos; VIII - Realizar atividades referentes à pesquisa entomológica; IX - Informar e preparar a comunidade, casa e comércios, quando necessário, anteriormente e/ou posteriormente à aplicação química para controle de vetores e zoonoses; X -Realizar controle casa a casa, quando necessário; vistoriar pontos estratégicos e imóveis especiais com respectivas medidas de intervenção; XI – Atender demandas e denúncias provenientes da ouvidoria e de outros órgãos de controle relacionadas às zoonoses; XII - Desenvolver ações integradas com os Agentes Comunitários de Saúde; XIII - Registrar e digitar a atualização cadastral de todos imóveis vistoriados, das suas atividades de campo e produção desenvolvidas, nos sistemas informatizados do Ministério da Saúde e os utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santos; XIV - Desenvolver outras atividades de campo ou nas Unidades de Saúde, desde que vinculadas às atribuições anteriores,

Página 20 de 26





ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



ANEXO IV

MODELO DE REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Exame Auditores & Consultores Ltda - EPP Processo Seletivo Público – Edital nº 002/2023 - Prefeitura Municipal de Jordânia

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de requerimento de isenção do pagamento da Taxa de Inscrição do Processo Seletivo Público da PREFEITURA MUNICIPAL DE JORDÂNIA - Edital nº 002/2023, que:

- Sou membro de família de baixa renda, nos termos da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, e que, em função de minha condição financeira, não posso pagar a taxa de inscrição.
- Estou ciente de que, de acordo com o inciso I do artigo 4º do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, família é a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio, definido como o local que serve de moradia à família.
- Estou ciente de que, de acordo com o inciso I do artigo 1º da Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, família de baixa renda é aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo.
- Tenho conhecimento de que a renda familiar mensal é a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos programas descritos no inciso IV do artigo 4º do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
- Tenho conhecimento que renda familiar per capita é obtida pela razão entre a renda familiar mensal e o total

Declaro, que estou ciente das penalidades por emitir declaração falsa previstas no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, e no artigo 2º da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de

Local e data:		/	
Assinatura:			



Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)

Organização:



ANEXO V

Por este instrumento particular, eu do CPF nº	
do CPF n°, cédula de identidade n°, n°, Bairro, CEP, estado de, e-mail como meu bastante procurador, com poderes específicos para Seletivo Público da, Edital n° 002/2023, o Sr (a) da cédula de identidade n°, e-mail, CEP, estado de, estado de	, residente à, na cidade de , nomeio e constituo, do Processo, portador
Local e data:	
Assinatura:	

Obs: Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

Página 22 de 26



Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)

Organização:



ANEXO VI

MODELO DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

Candidato	
Nº de Inscrição	
Função Pública	
	Marque abaixo o tipo de recurso:
Indeferimento do pedido	de isenção do pagamento da taxa de inscrição
inscrições (erro no nº de	inscrição; ou erro na grafia do nome; ou omissão do nome; ou erro no nº da identidade)
Inscrições (erro na nome	inclatura do Função Pública)
Inscrições (indeferimento	
	do pedido de atendimento diferenciado)
	o de prova (erro no local e/ou sala; erro na data e/ou horário)
Realização das Provas	(ene no local o/ou sala, eno na data e/ou norano)
Questão da Prova Objetiv	va de Múltipla Escolha (desde que demonstrado erro material)
Gabarito da Prova Objetiv	va de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)
Resultados (erro na ponti	Jação e/ou classificação)
	roferida no certame. Especificar
Digitar ou da	tilografar ou escrever em letra de forma a justificativa do recurso, de forma objetiva:
	Local e data:,,
	Assinatura:



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)



ANEXO VII

PROGRAMA DE PROVA PARA AS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: Ensino médio completo

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE; AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PORTUGUÊS PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Compreensão e interpretação de textos; Gêneros e tipos de texto; Figuras de Sintaxe; Figuras de Linguagem; Articulação textual, coesão e coerência textual; Morfossintaxe; Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Crase; Colocação pronominal; Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos; Acentuação gráfica; Ortografia; Pontuação; Variação linguística. Sugestão Bibliográfica: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto. NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2012. SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

ESPECÍFICA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Processo saúde-doença e determinantes/condicionantes; Promoção, prevenção e proteção à saúde; Princípios e Diretrizes do SUS; Cadastramento familiar e territorial; Conceito de territorialização, microárea e área de abrangência; Indicadores epidemiológicos; Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliação em saúde; conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos de acessibilidade, equidade e outros; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para enfrentamento dos problemas; Intersetorialidade: conceito e dinâmica político-administrativa do município; Noções de ética e cidadania; Saúde da criança, adolescente; Instrumentos de avaliação de indicadores de saúde adulto e idoso; Sistema de informação da atenção básica; Conceito da estratégia saúde da família. Visita domiciliar; Constituição de equipe da Saúde da família; Controle Social; Atribuições específicas do Agente Comunitário de Saúde - ACS; Objetivos da estratégia saúde da família; A Estratégia Saúde da Família, como re-orientadora do modelo de atenção básica à saúde; Sistema de informação em saúde. Sugestão Bibliográfica: 1. BRASIL, Câmara dos Deputados. Constituição Brasileira de 1988 – Título VIII. Capítulo II. Seção II. Da saúde. 2. BRASIL, Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990. 3. BRASIL, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990. 4. BRASIL, Lei Federal nº 11.350, de 05/10/2006. 5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 648 de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família. (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de saúde (PACS). Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, nº 61, p 71, 29 de março de 2006. Seção I. 6. O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Ministério da Saúde. 3ª edição. Brasília 2000. 7. BRASIL. Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006. Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 2006. 8. Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde. Manual de recrutamento e seleção: Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1991. 9. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz. Saúde da família: avaliação da implementação em dez grandes centros urbanos: síntese dos principais resultados. 2ª ed. atual. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 10. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Avaliação normativa do Programa Saúde da Família: monitoramento da implantação e funcionamento as equipes de saúde da família: 2001/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 11. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS. Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS. DesprecarizaSUS: como criar Comitês de Desprecarização do Trabalho no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 12. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS. Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS. DesprecarizaSUS: perguntas e respostas. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 13. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Modalidade de contratação de agentes comunitários de saúde: um pacto tripartite. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 14. CADERNOS RH SAÚDE. Brasília: Ministério da Saúde, v. 3, nº. 1, mar. 2006. 15. SIAB: Manual do



ESTADO DE MINAS GERAIS

Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)

Organização:



Sistema de Informação da Atenção Básica/MS-SAS. Coordenação de Saúde da Comunidade. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. 16. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica - vigilância em Saúde. Brasília: MS, 2008. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

ESPECÍFICA PARA AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Dengue - Definição da doença, agente etiológico; Vetores, ciclo de vida dos vetores, controle de vetores; Modo de transmissão da doença, período de incubação; Manifestações da doença, complicações; Notificação; Orientações de tratamento sintomático; Prevenção; Medidas de controle; Atribuições do Agente de Controle de Endemias especificamente no controle da Dengue; Equipamentos de Proteção Individual (EPI) no trabalho do Agente de controle de Endemia. Malária - Definição da doença, agente etiológico; Vetor ciclo de vida do vetor; Modo de transmissão da doença; Manifestações da doença; Diagnóstico, Gota espessa; Notificação da doença; Medidas de controle e prevenção da doença. Leishmaniose Tegumentar Americana e Leishmaniose Visceral Americana (calazar) - Definição das doenças, agentes etiológicos; Vetores; reservatórios dos parasitas que provocam as doenças; Modos de transmissão das doenças; principais manifestações das doenças; Medidas gerais de controle e prevenção. Doença de Chagas -Definição da doença, agente etiológico; Vetores; Reservatórios; Formas de transmissão; Medidas de controle e prevenção da doença; Cólera - Definição da doença, agente etiológico; Formas de transmissão da doença; Medidas de prevenção e controle; Cuidados após mordida de animais peçonhentos. Importância da higiene na manipulação de alimentos, maneira correta de manipular. Definição dos termos endemia e epidemia, diferença entre eles, exemplos. O SUS e o agente de endemias, Campo de atuação do SUS. Visita domiciliar como função do Agente de Endemias no combate aos vetores. Importância, maneira correta de executar, ficha de visita, local de fixar a ficha de visitas após a inspeção. Sugestão Bibliográfica: Cartilha "O Agente Comunitário de saúde no controle da Dengue", coleção da biblioteca virtual do Ministério da Saúde. Cartilha "O SUS no seu município garantindo saúde para todos" (O que é o SUS e os seus princípios) Coleção da biblioteca virtual do Ministério da Saúde. Guia de vigilância epidemiológica-2005. Biblioteca virtual do ministério da saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde. Outras revistas ou livros técnicos / específicos da área. Outras publicações que abranjam o programa

Página 25 de 26





Edital de abertura de Processo Seletivo Público nº 002/2023 (Atualizado pela Rerratificação nº 01, de 23/10/2023)

Organização:



ANEXO VIII

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

DATA	HORÁRIO	ENERGE OF THE PROPERTY OF THE
31/10/2023	9h	ABERTURA das INSCRIÇÕES
0111012020	9h às 23h59	PEDIDOS DE ISENÇÃO do posservante
Até 06/11/2023	Até 23h59	PEDIDOS DE ISENÇÃO do pagamento do valor da taxa de inscrição Divulgação do RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO do pagamento do valor da taxa de inscrição
12/11/2023	23h59	ENCERRAMENTO das INSCRIÇÕES Envio do LAUDO MÉDICO pelo candidate que entire
Até 13/11/2023		que necessitar de atendimento diferenciado para a realização das provas
Até 14/11/2023	Até 23h59	PAGAMENTO DO BOLETO BANCÁRIO referente ao valor da taxa de inscrição Divulgação do MAPA ESTATÍSTICO DE INSCRIÇÕES e da relação CANDIDATOS INSCRITOS
Até 21/11/2023	Até 23h59	Divulgação do LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS (Objetiva de Múltip Escolha) e confirmação de DATA e HORÁRIO (Distribuição de Candidatos / Loca de Prova) Disponibilização do CARTÃO DE CONVOCAÇÃO, na área restrita do candidat contendo informação sobre LOCAL, DATA e HORÁRIO DE REALIZAÇÃO DA PROVAS (Objetiva de Múltipla Escolha)
26/11/2023	8h	
20/11/2023	Até 23h59	REALIZAÇÃO DAS PROVAS (Objetiva de Múltipla Escolha) Divulgação do GABARITO PROVISÓRIO
11/12/2023	Até 23h59	Divulgação do GABARITO DEFINITIVO Divulgação do RESULTADO, em ordem de classificação, contemplando todos os candidatos envolvidos; e disponibilização do ESPELHO DA FOLHA DE RESPOSTAS dos candidatos, em sua área restrito denominal de Canada de Ca
o prazo máximo de 30 crinta) dias após terem ido ultimadas todas as etapas editalícias		HOMOLOGAÇÃO do RESULTADO

Página 26 de 26